



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Elas no Congresso Estudantes na pele dos políticos

(DC, política, 21/8, p.12)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 20, 21 e 22/8/10



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 21/8/11
Assunto: Elas no congresso		Página: 12

ELAS NO CONGRESSO

Estudantes na pele dos políticos

Anchieta

DARCI DEBONA

darci.debona@diario.com.br

Duas alunas da Escola de Educação Básica Osni Paulino da Silva, de Anchieta, serão as representantes de SC no Parlamento Jovem 2011, em Brasília. Alexandra Pereira da Silva e Gabriela Perin, de 17 anos e cursando o último ano do ensino médio, estão entre os 77 selecionados no país. Entre os dias 26 e 30 de setembro elas vão participar de simulação da rotina dos parlamentares.

Os projetos

ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA

- Institui a obrigatoriedade da implantação de pelo menos uma língua estrangeira a partir da 1ª ano do ensino fundamental.



SIRLI FREITAS

Proposta para a educação

Depois de ser selecionada para o Parlamento Jovem 2011, Alexandra Pereira da Silva começou a cogitar a participação na vida política.

Ela é participativa na escola, ajudando nas gincanas e promoções, além de ter sido líder de turma, mas não acompanhava a política.

Agora, está ligada no que acontece. Um dos motivos é a argumentação para defender seu projeto.

Alexandra quer tornar obrigatório o ensino de língua estrangeira no

primeiro ano do fundamental.

– Nesse mundo capitalista e globalizado é fundamental saber uma segunda língua – argumenta.

Quando recebeu a notícia de que seu projeto tinha sido selecionado, ficou paralisada. A ansiedade para a viagem é muito grande.

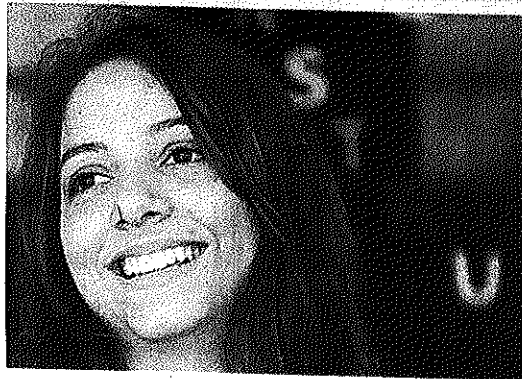
– Vai ser a primeira vez que vou andar de avião.

Ela quer aproveitar a experiência de Brasília para um dia, quem sabe, aplicar em sua cidade.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 21/8/11
Assunto: Elas no congresso		Página: 12



GABRIELA PERIN

- Institui a seleção de alunos com o melhor histórico escolar para entrarem em universidades federais e estaduais, sem precisar prestar o vestibular ou o Enem.

Oportunidades iguais

A viagem mais longa que Gabriela Perin fez foi até Caibi, que deve dar pouco mais de cem quilômetros de Anchieta. Nem São Miguel do Oeste ela conhece direito. Mas agora, graças ao projeto aprovado no Parlamento Jovem, vai viajar de avião pela primeira vez, conhecer Chapecó e sair de Santa Catarina.

– Quando soube que tinha sido escolhida fiquei assustada – diz.

Ela acompanha o noticiário e faz pesquisas para defender seu projeto,

que é garantir vagas nas universidades públicas para estudantes com boas notas no ensino médio.

– Tem gente que não tem condições de pagar e fica desestimulado.

Gabriela tem uma imagem negativa dos políticos.

– O que é bom para o povo demora e o que é bom para eles aprovam rápido – afirma.

Ela não quer seguir carreira política, mas acha necessário acompanhar o trabalho dos parlamentares.



CLIPPING

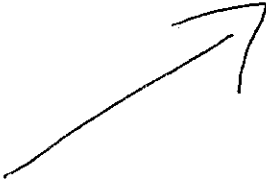
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 22/8/11
Assunto: Orgulho para SC		Página: 35

Orgulho para SC

O gênio tem nome. Renan Henrique Finder, 19 anos, é o campeão da Competição Internacional de Matemática para Universidades, realizada no início deste mês, na Bulgária. Nascido em Florianópolis, ele participa das olimpíadas brasileiras de matemática desde a 6ª série, quando se mudou para Joinville. Depois, passou no vestibular de várias universidades famosas. Como se mostrou um craque nos números, já está fazendo a quarta fase de mestrado no Instituto de Matemática Pura Aplicada (Impa). Ao mesmo tempo, é calouro do curso de graduação em Matemática da PUC do Rio. Somente os muito bons em determinada Ciência têm a possibilidade de fazer o curso de graduação e uma pós-graduação ao mesmo tempo.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 21/8/11
Assunto: Positivo		Página: 55

Positivo



Os telespectadores aprovaram a campanha do governo do Estado que está sendo veiculada na mídia coibindo a terrível prática do bullying. De maneira clara, simples e criativa, a propaganda institucional esclarece, ensina e condena o uso deste procedimento causador de inúmeros problemas, tanto psíquicos quanto físicos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 20/8/11
Assunto: Reforma ainda está longe		Página: 19

Por que o Colégio Aderbal Ramos da Silva está abandonado? É o único de ensino médio no Estreito. Sua estrutura física está péssima. EDIO JAJÁ

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edal. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.

Reforma ainda está longe

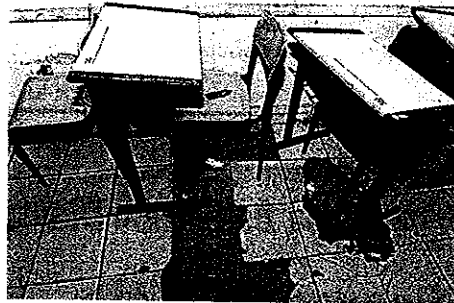
Previsão é incluir a obra em um pacote de R\$ 15 milhões, que deve sair até o final deste ano

Com mais de 50 anos de história, o Colégio Aderbal Ramos da Silva, no Bairro Estreito, em Florianópolis, está com sua estrutura em estado crítico. Ferragens expostas, infiltrações, pisos e lajes cedendo.

A comunidade da escola cobra há quase 10 anos melhorias no prédio. Em 2005, veio a promessa da construção de uma nova unidade. Veio o novo governo, mas nada foi feito. A nova meta é começar a obra até o fim do ano.

Além da aparência acinzentada por falta de pintura, a escola tem vidros quebrados. Dentro é pior. Algumas das 25 salas não têm nem pisos. O ginásio, reformado há dois anos, tem problemas no telhado. Sempre que chove, surgem as goteiras.

O colégio tem 1,4 mil alunos. Um dos novos, que fez o ensino fundamental em instituição particular, re-



FOTOS: ANDRÉ LIO KEMOSUS

Salas e estrutura estão com problemas

vela se sentir mal em estudar em um local com paredes e carteiras rabisçadas, além de marcas de chicletes por todos os lados.

De acordo com a diretora Suelly Souza de Brum, o projeto para a construção de um novo prédio ficou pronto há três anos.

– Entrei em contato algumas vezes com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), mas sempre diziam que faltava verba. No começo deste

ano, os professores queriam paralisar as aulas. Mas conversei com eles para esperarem um pouco, pois tinha iniciado uma nova gestão de governo, que se comprometeu em dar prioridade à obra de nosso colégio – afirma a diretora.

Ontem (18/08), a SDR lançou um programa para investir R\$ 4,4 milhões em melhorias, reforma e conservação de escolas na região. O Aderbal Ramos da Silva ficou de fora.

Conforme o responsável pela pasta, Renato Hinning, a instituição precisa de atenção. Mas, como é um prédio grande, ficará para a segunda fase do projeto, que prevê investir mais R\$ 15 milhões até o fim do ano. Hinning observa que será avaliada a disponibilização de recursos para optar por um novo prédio ou reforma.

– Tivemos que priorizar outros colégios com situação pior – justificou o secretário Hinning.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/8/11
Assunto: Instituto de Educação – Um símbolo que “encolheu”		Página: 40 e 41

Instituição mantém bom índice de aprovação no vestibular

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Um símbolo que “encolheu”

Redução no número de alunos do ensino médio noturno eliminou perto de duas mil matrículas da instituição da Capital

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Na Avenida Mauro Ramos, no Centro de Florianópolis, a construção azul de traços modernistas destaca-se entre outras pela arquitetura e o tamanho.

Numa área de 52 mil metros quadrados está o maior colégio público de Santa Catarina: o Instituto Estadual de Educação. Ele já foi maior em termo de alunos. Em 12 anos – de 2000 a 2011 – assistiu a uma redução de 33% das matrículas.

A explicação para a diminuição de 6.687 alunos, em 2000, para 4.493 neste ano, está principalmente na fuga de estudantes do ensino médio noturno.

O diretor-geral da escola, Vendelin Borguezon, observa que já houve anos que a escola tinha cerca de 40 turmas à noite. Hoje são cinco, com cerca de 493 matrículas no ensino regular e 319 no magistério.

Nas outras séries da educação básica, a procura continua grande. Todos os anos, há as filas de pais para matricularem os filhos nos anos iniciais do ensino fundamental. As vagas acabam sendo sorteadas, porque a procura é maior que a oferta.

O diretor ainda observa que mesmo com a diminuição do número de matrículas, a escola continua sendo uma referência de ensino de qualidade. Ele cita como exemplo os índices de aprovação no vestibular, que têm aumentado nos últimos anos (ver quadro).

A diretora de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação, Gilda Mara Penha, também aponta a fuga dos alunos no ensino médio noturno como a principal causa para a queda de matrículas na instituição.

– A capacidade do turno vespertino e matutino está total. A diminuição de vagas foi no período noturno, e este é um fenômeno em todo o Estado e no Brasil – ressaltou.

A diretora explica que como o jovem pode trabalhar a partir dos 16 anos, muitos largam os estudos para entrarem no mercado de trabalho ou procuram um curso profissionalizante.

Outra justificativa dada é a criação de turmas de ensino médio em outras escolas da Capital. Por muitos anos, o Instituto foi uma das poucas instituições que ofereciam o nível médio. Isso começou a mudar a partir do final de década de 1990, com a criação de novas turmas em outros colégios.

– O estudante, então, opta por estudar perto de casa, no seu próprio bairro – disse a diretora.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação – que traçou melhorias a serem alcançadas até 2020 – é universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e aumentar, até 2020, a taxa de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.

De olho nisso, algumas mudanças precisarão ser feitas neste nível de ensino. Acrescentar a educação profissionalizante será uma delas. A SED anunciou, para o próximo ano, 30 novas escolas no Estado com ensino médio integral, onde os alunos teriam opção de seguir dois caminhos: a preparação para o vestibular, no ensino regular, ou o técnico, onde serão preparados para alguma profissão. A promessa é oferecer 104 cursos, de acordo com a vocação de cada região.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/8/11
Assunto: Instituto de Educação – Um símbolo que “encolheu”		Página: 40 e 41

Lembranças da juventude

Quando cursava o ensino médio noturno, nas década de 1970, no Instituto Estadual de Educação (IEE), a lembrança de Geraldo do Valle Pereira é da romaria de adolescentes que se formava na saída da escola para chegar ao terminal antigo do Centro.

– Era lotado. As salas eram cheias. Hoje, só temos uma ala funcionando. Quem passa aqui na frente às 21h acha que nem há aulas – observa.

Pereira estudou do pré-escolar ao terceiro ano do ensino médio no IEE. Hoje ainda frequenta a escola. É professor de ginástica artística, mas está de licença médica. Foi com a forma-

ção que teve no Instituto que conquistou duas vagas em universidades públicas do Estado: passou em Educação Física na federal e na estadual. Durante o estágio, pensou em ser professor no colégio. Desde 1991 integra o corpo docente da instituição.

O ex-aluno afirma que teve uma educação de primeira. Para ele, os melhores professores estavam no Instituto. Entre os colégios que eram referências na cidade, havia o IEE e os particulares Catarinense e Coração de Jesus. De uma família de nove irmãos, duas irmãs também foram

estudantes da escola e retornaram para ser professoras. Uma ainda está na instituição.

Apesar de apontar aspectos que não vão bem na educação pública, como o professor desvalorizado e desmotivado, Pereira considera o colégio uma referência, com laboratórios, quadras de esporte e opções de aulas no contraturno.

– O ginásio daqui é o melhor de Florianópolis. A escola é muito bem cuidada e não tem problemas de infraestrutura, que outras muito menores e mais novas já apresentam – ressalta o professor.

Os resultados melhoram

MAIOR COLÉGIO PÚBLICO

O IEE é o maior colégio público do Brasil em termos de alunos. Mesmo com as cerca de 4,5 mil matrículas atuais, a escola ainda fica na frente de outras, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação. A afirmação é baseada em encontros com secretarias de Estado do país.

Matrículas do IEE na última década:

- 2000: 6.687
- 2001: 6.812
- 2002: não consta nos registros
- 2003: 6.322
- 2004: 6.765
- 2005: 7.109
- 2006: 5.909
- 2007: 4.781
- 2008: 5.054
- 2009: 4.578
- 2010: 4.595
- 2011: 4.493

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

DESEMPENHO

Nos últimos cinco vestibulares da UFSC

	Inscritos	Aprovados	Classificados por inscritos
2011	702	160	22,79
2010	730	172	23,56
2009	817	156	19,09
2008	915	178	19,45
2007	907	123	13,56

Fonte: Coperve/UFSC

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Anos iniciais do fundamental	Anos finais do fundamental
• 2005: 4,8	• 2005: 3,4
• 2007: 5,0	• 2007: 3,7
• 2009: 5,7	• 2009: 4,1

Fonte: MEC



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 22/8/11
Assunto: Alimentação escolar		Página: 12

Alimentação escolar

LUCIANE CARMINATTI *

Nos últimos dias um tema está sendo resgatado e colocado na pauta de debates dos catarinenses: o processo de gestão da alimentação escolar na rede pública estadual de educação. O atual modelo de gestão terceirizada passa por sérios e contundentes questionamentos. São levantados diversos tipos de problemas. Trato de abordar três aspectos. A Lei Federal nº 11.947 estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Em vários locais de nosso Estado, há reclamação que este dispositivo não está sendo cumprido e que há dificuldade em fiscalizar isso.

Estudos realizados demonstram que, de forma geral, a gestão terceirizada tem um custo financeiro bem superior em relação à gestão estatal da alimentação escolar. Estudos realizados pela Fipe/USP apontaram isso no município de

São Paulo. Levantamento de dados documentais demonstra que essa variação também ocorreu em Santa Catarina. Ao realizar processo de licitação para a contratação das empresas, em 2008 e 2009, a Secretaria de Estado da Educação simplesmente copiou o modelo de edital utilizado pela Prefeitura São Paulo, sem levar em conta que o processo lá já estava sob investigação. Por mera “coincidência”, três das quatro empresas vencedoras da licitação aqui são as mesmas que venceram lá.

Por tudo isso e muitos outros problemas, apresentei, em maio, um projeto de lei visando proibir a terceirização da alimentação escolar na rede estadual de educação. O governo do Estado pode e deve retomar a gestão. Não podemos mais continuar com um modelo que é caro e dispendioso, está sob suspeita, e beneficia poucas empresas com sede em outros estados em detrimento da grande rede de pequenos agricultores em todas as regiões de Santa Catarina.

* Professora e deputada estadual

Envie artigos com até 1.900 caracteres para diariodoleitor@diario.com.br. Eles serão avaliados e poderão ser publicados. Informe nome, endereço, telefone, profissão e número da identidade



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Economia	Data: 20 e 21/8/11
Assunto: Graduados. Salários estão estagnados há sete anos		Página: 12

Graduados. Salários estão estagnados há sete anos

Aumento para profissionais com Ensino Superior não passou de 0,3% no período

O salário dos profissionais com nível de educação superior está estagnado há sete anos. Enquanto, na média, o ganho mensal do brasileiro valorizou 19%, no período, o aumento salarial dos graduados ficou em 0,3%, cerca de R\$ 12 a mais. Enquanto isso, os cargos de alta gerência estão valendo ouro. Para José Álvaro, técnico do Dieese, a estagnação salarial dos profissionais graduados passa pelo desequilíbrio entre oferta e procura nas áreas do Ensino Superior. Enquanto sobram profissionais de Humanas, faltam de Exatas.

O despreparo dos alunos de Ensino Médio nas disciplinas de física, química e matemática, e o fato de ser mais barato montar um curso em Humanas são apontados como alguns dos motivos para esse desequilíbrio.

Segundo a diretora da consultoria Asap, de recrutamento de executivos de média gerência, Mariciane Gemin, a formação acadêmica é básica para a entrada no mercado de trabalho, mas não garante absolutamente nada.

– Hoje, muito mais do que antes, as pessoas têm acesso às universidades. Se não conseguem pagar ou ingressar em uma faculdade, fazem cursos a distância ou tecnólogos, com dois anos de duração. O diploma não é mais um diferencial – afirma.

Na promoção de executivos,

para altos cargos, o que conta, segundo ela, é o histórico profissional. As empresas vão aumentar o passe do executivo que tiver uma atuação reconhecida no mercado. Sua formação acadêmica será considerada só depois disso.

Mariciane observa, porém, que os profissionais que não estudaram em universidades ditas de primeira linha, como as federais e a PUC, buscam fazer especializações acadêmicas ao longo da carreira para dar peso ao currículo.

– Mesmo assim, diante de dois profissionais, um com uma formação acadêmica forte, mas uma carreira mediana, e outro, sem o diferencial da formação, mas com um histórico de boa gestão, liderança e competências comportamentais interessantes, a escolha se dará pelo último.

Entre as competências valorizadas para os altos cargos estão o já conhecido senso de equipe e a habilidade de comunicação. Desta, segundo Mariciane, as empresas não estão querendo abrir mão.

– É indispensável, hoje, que o profissional se comunique de uma maneira assertiva, objetiva e com eloquência. Se ele consegue se vender, poderá passar legitimidade a qualquer projeto – afirma.

Ao mesmo tempo, o Brasil está entre os países do mundo que melhor pagam seus executivos de primeira linha - diretores e presidentes -, num acompanhamento ao aquecimento da economia no país.



Cursos técnicos são alternativa rápida para obter ganho razoável

Se o objetivo é conseguir emprego imediatamente, com salários razoáveis, os cursos técnicos são uma alternativa aos cursos universitários.

José Alvaro, do Dieese, afirma que, com o apagão da mão-de-obra, no Brasil, quando faltam profissionais para atender o investimento do país em infraes-

trutura, é grande a demanda por profissionais técnicos.

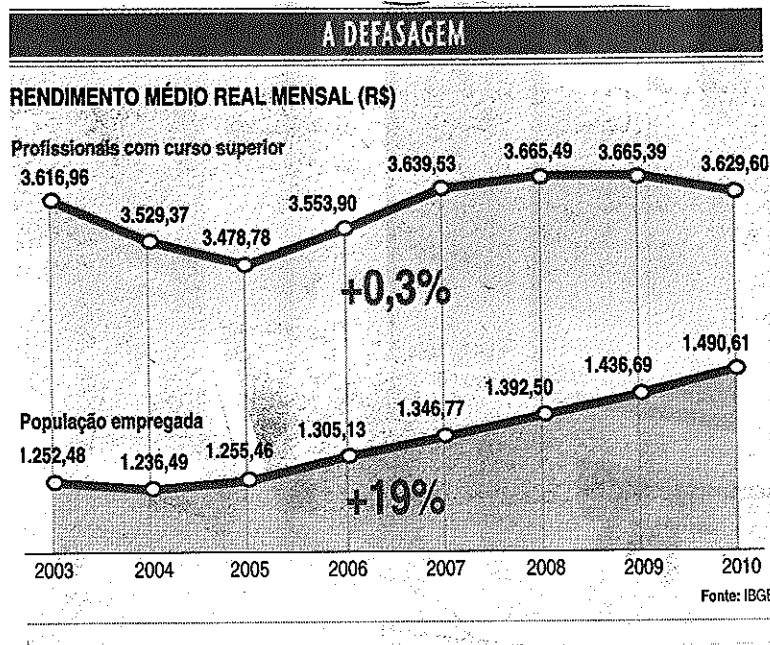
Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2010, feito também com base na PME, aponta que as pessoas que passam por cursos técnicos, superiores de tecnologia ou de qualificação profissional têm 48% mais chances de obter emprego e ter sala-

rios 13% maiores em média do que os trabalhadores sem essas qualificações.

– A colocação nestas posições é garantida. Há muita oferta nos empregos que acompanham o aumento de investimentos, dos setores público e privado, em infraestrutura, petroquímica, energia e aeroportos – afirma José

Alvaro.

A diretora da Asap observa que técnicos da área da saúde, informática, energia e indústria, especialmente bens de capital, são valorizados no mercado. Mas destaca que, para um técnico assumir uma posição de coordenação, e ganhar mais, vai precisar de uma formação acadêmica.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: ANpaís	Data: 20/8/11
Assunto: Enem o- Divulgação de dados vai mudar		Página: 16

Enem

Divulgação de dados vai mudar

A divulgação dos dados por escola do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010 contará com a taxa de participação dos alunos por unidade escolar – uma nova informação que, segundo o Ministério da Educação (MEC), não altera os procedimentos habituais de publicação.

De acordo com o ministro Fernando Haddad, além da divulgação convencional das informações, os dados serão divulgados em três ou quatro faixas de participação de candidatos. Por exemplo: uma lista terá as notas das escolas que tiveram até 25% do seu total de alunos participando

do Enem. Outra contará com os colégios que tiveram quase 100% de estudantes realizando a prova. Os números e taxas não foram detalhados pelo ministro.

“O Inep está estudando a melhor forma de fazer isso”, disse Haddad, que esteve em São José dos Campos (SP) para uma cerimônia de parceria entre a Petrobrás e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP). “O número é o mesmo, é apenas uma postura pedagógica. Você vai organizar o dado como bem entender.”

A intenção do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) é, segundo Haddad, evitar

que algumas escolas usem o exame como publicidade. Ontem, a presidente do Inep, Malvina Tuttmann, disse que o órgão havia encaminhado essa proposta ao MEC. “O Inep quer chamar a atenção para a baixa participação de algumas escolas e para a alta participação de outras.”

Para Haddad, as pessoas devem ter mais clareza do quanto as médias representam o perfil do aluno de ensino médio de um colégio. Ele afirma que o atraso em divulgar os dados – que, normalmente, saem em julho – não se deve ao acréscimo de informações. A previsão é liberá-lo em 15 dias.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/8/11
Assunto: Enem, Novas formas de divulgação		Página: 33

GILMAR DE SOUZA

ENEM Novas formas de divulgação

São Paulo

A divulgação dos dados por escola do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010 contará com a taxa de participação dos alunos por unidade escolar – uma nova informação que, segundo o Ministério da Educação (MEC), não altera os procedimentos habituais de publicação.

De acordo com o ministro Fernando Haddad, além da divulgação convencional das informações, os dados serão divulgados em três ou quatro faixas de participação de candidatos. Por exemplo: uma lista terá as notas das escolas que tiveram até 25% do seu total de alunos participando do Enem, outra contará com os colégios que tiveram quase 100% de estudantes. Os números e taxas não foram detalhados pelo ministro.

– O Inep está estudando a melhor forma de fazer isso. O número é o mesmo, é apenas uma postura pedagógica. Você vai organizar o dado como bem entender – disse Haddad, que esteve em São José dos Campos para uma cerimônia de parceria entre

a Petrobras e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

A intenção do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) é, segundo Haddad, evitar que algumas escolas usem o exame como publicidade. Ontem, a presidente do Inep, Malvina Tuttman, disse que o órgão havia encaminhado a proposta.

– O instituto quer chamar a atenção para a baixa participação de algumas escolas e para a expressiva participação de outras.

Para Haddad, as pessoas devem ter mais clareza do quanto as médias representam o perfil do aluno de ensino médio de um colégio. O ministro acredita que é importante fazer a sociedade compreender que o grau de participação no Enem é tão importante quanto a média, porque ela pode não ser representativa do conjunto da escola.

Haddad disse que o atraso em divulgar os dados – que normalmente saem em julho – não se deve ao acréscimo de novas informações.

– Tivemos que reaplicar a Prova Brasil de 2009 em 2010 em 20 escolas, o que mobilizou a equipe técnica do Inep. O resultado do Enem 2010 por escola sai em 15 dias.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/8/11
Assunto: Universidade, Como o vale dobrou a presidente Dilma		Página: 33

UNIVERSIDADE

Como o Vale dobrou a presidente Dilma

Operação evitou que presidente excluísse Blumenau do plano de expansão

FABIANO COSTA *

Brasília

Por muito pouco Blumenau quase ficou sem um campus universitário federal. Uma operação política de urgência foi deflagrada nas últimas semanas para evitar que o Vale do Itajaí fosse ignorado pelo plano de expansão do ensino superior, anunciado terça-feira pela presidente Dilma Rousseff.

Decidida a canalizar os investimentos nas regiões Norte e Nordeste, Dilma teve de ser convencida a bancar um campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na cidade.

Apesar das pressões para federalizar a Furb ou criar uma nova universidade na região, a presidente estava disposta a excluir o Estado do rol de beneficiados por novas instituições de ensino superior. No dia em que o ministro da Educação, Fernando Ha-

ddad, apresentou o primeiro esboço da difusão da rede superior, no início de agosto, Dilma chegou a ordenar que ele retirasse Blumenau da lista.

No entanto, nos dias que se seguiram, Dilma foi persuadida a rever a posição. Interlocutores a advertiram sobre a frustração que se abateria sobre o Vale do Itajaí caso a região ficasse descoberta.

Em junho, presidente prometeu análise da proposta

Em junho, durante visita a Blumenau, a presidente havia prometido analisar com carinho a proposta da Furb, ainda que tenha se esquivado de fazer uma promessa. Contornada a resistência, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, chamou para seu gabinete as articulações para alocar a Furb sob o guarda-chuva federal. Quatro dias antes de o Planalto confirmar o campus de Blumenau, a ministra convocou o secretário exe-

cutivo do Ministério da Educação (MEC), Henrique Paim, ao palácio.

Terça-feira, uma comitiva da cidade foi recebida pelo secretário nacional de Educação Superior, Luiz Cláudio Costa. Na conversa, o dirigente do MEC deu aval para o grupo construir em 30 dias um plano de fusão entre as duas instituições de ensino.

Nos bastidores, contudo, o alto escalão da Educação ressalta que a operação é de extrema complexidade. Segundo os dirigentes, há impedimentos jurídicos para absorver servidores, professores e alunos da rede municipal na estrutura da União. Nas raras oportunidades em que se promoveu algo semelhante, houve uma transição gradual, em que as duas instituições em processo de fusão conviveram separadas até que o último aluno do estabelecimento municipal concluísse o curso.

fabiano.costa@gruporbs.com.br

* Colaborou Giovana Pietzacka



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 20/8/11
Assunto: Carreira profissional Diploma está contando pouco		Página: 12

CARREIRA PROFISSIONAL Diploma está contando pouco

Formação acadêmica tem peso menor do que histórico profissional na hora de buscar uma promoção para cargos de gerência

JANAINA CAVALLI

A remuneração dos profissionais com nível superior está estagnada desde 2003, apontam dados do IBGE.

Enquanto o ganho mensal do brasileiro avançou 19% nos últimos sete anos, o dos trabalhadores com diploma de graduação cresceu apenas 0,3%.

Essa estagnação salarial passa pelo desequilíbrio entre oferta e procura nas áreas do ensino superior, avalia José Álvaro, supervisor técnico do Dieese-SC. Sobram profissionais de Humanas e faltam de Exatas.

Mariciane Gemin, diretora da consultoria Asap, especializada no recrutamento de executivos de média gerência, ressalta o que mostram os números do IBGE: o diploma não é mais um diferencial no currículo.

– Hoje, muito mais do que antes, as pessoas têm acesso às universidades. Se não conseguem pagar ou ingressar em uma faculdade, fazem cursos à distância ou tecnológicos, com dois anos de duração – afirma.

Na promoção de executivos para altos cargos, o que conta, explica Mariciane, é o histórico profissional. As empresas vão aumentar o passe do executivo que tiver uma atuação reconhecida no mercado. A formação acadêmica fica em segundo plano na hora da seleção para um cargo.

Mas ela observa que os profissionais que não estudaram em universidades ditas de primeira linha, como as federais e a PUC, buscam fazer especializações acadêmicas ao longo da carreira para dar peso ao currículo.

– Mesmo assim, diante de dois profissionais, um com uma formação acadêmica forte, mas uma carreira mediana, e outro, sem o diferencial da formação, mas com um histórico de boa gestão, liderança e competências comportamentais interessantes, a escolha se dará pelo último.

Quem quiser ser promovido e ver a carreira deslançar precisa apresentar duas competências extremamente valorizadas hoje: senso de equipe e a habilidade de comunicação.

– Se o profissional consegue se vender, poderá passar legitimidade a qualquer projeto – diz Mariciane.

O contraste interessante é que os trabalhadores que conseguem chegar no topo vivem situação completamente diferente.

– Hoje, o país está se preparando para os próximos quatro ou cinco anos de estabilidade, com projetos nas áreas de infraestrutura, construção civil, energia, varejo, bens de capital, etc, e precisa de bons profissionais para assumir os planos estratégicos – afirma Christiano de Oliveira, diretor da Fesa, outra empresa de recrutamento de altos executivos.

O mercado está tão aquecido, segundo ele, que empresas estão até dobrando salários e oferecendo pacotes de benefícios para reter talentos.

A Robert Half, que faz recrutamento especializado, divulgou o seu Guia Salarial 2011-2012, que mostra que a valorização dos salários dos cargos mais procurados de média e alta gerência em empresas de todos os portes no país variou entre 20% e 25% em relação à pesquisa anterior.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 20/8/11
Assunto: Carreira profissional Diploma está contado pouco		Página: 12



JESSE GIOTTA DA 17/08/2010

Forte procura por técnicos

Se o objetivo é conseguir emprego imediatamente, com salários razoáveis, os cursos técnicos são uma alternativa aos cursos universitários.

José Álvaro, do Dieese-SC, lembra que, com o apagão da mão de obra, no Brasil, quando faltam profissionais para atender o investimento do país em infraestrutura, é grande a demanda por profissionais técnicos.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizado em 2010, também com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, aponta que os profissionais que passam por cursos técnicos, superiores de tecnologia ou de qualificação profissional têm 48% mais chances de obter emprego e ter salários 13% maiores em média.

– A colocação nestas posições é garantida. Há muita oferta nos empregos que acompanham a alta de investimentos em infraestrutura, petroquímica, energia e aeroportos – afirma José Álvaro.

Mariciane Gemin, diretora da consultoria Asap, observa que técnicos das áreas de saúde, informática, energia e indústria, especialmente do segmento de bens de capital, são os mais valorizados pelo mercado.

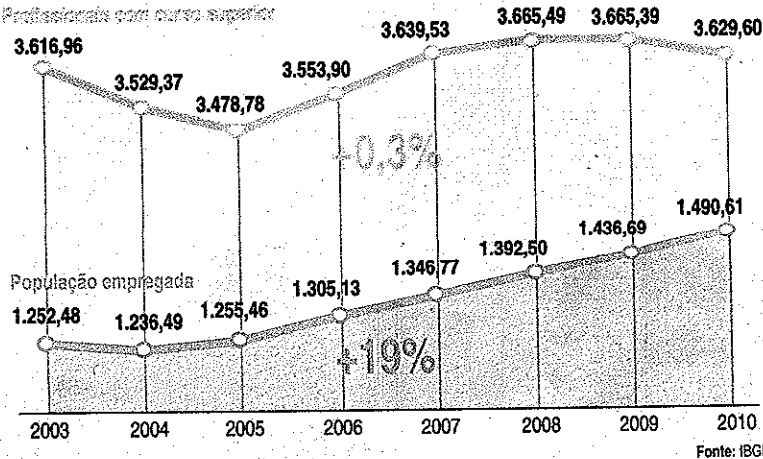
Mas ela destaca que para um técnico assumir uma posição de coordenação e ganhar mais, vai precisar de uma formação acadêmica.

– Um técnico da área automotiva, por exemplo, para subir de cargo, vai ter que alcançar um diploma de engenheiro – ressalta.

Trabalhadores com curso superior ganham hoje o mesmo que em 2003

RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL (R\$)

Profissionais com curso superior





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Anexo	Data: 22/8/11
Assunto: Mais brasileiros com livro na mão		Página: 10

Mais brasileiros com livros na mão

Quantidade de obras vendidas no País cresceu 13% em 2010, de acordo com pesquisa

O número de livros vendidos no Brasil cresceu 13% em 2010, mostra o estudo anual feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e os de cunho religioso foram os que mais se destacaram. As edições nas áreas de literatura adulta e juvenil, técnica e didáticos subiram em relação a 2009, mas esse aumento não passou de 22%. Já o dos religiosos ficou perto de 40%. São os livros que têm o preço mais baixo entre os subsetores considerados pelo levantamento: saem das editoras por R\$ 6,70, em média.

A explicação para os bons índices encontra-se, em parte, no enorme sucesso de "Ágape", do padre Marcelo Rossi, que traz sua reinterpretação de passagens do Evangelho de São João e que se tornou o principal best-seller do País – um legítimo megasseller, com mais de 5 milhões de exemplares nas mãos de fiéis católicos em apenas um ano.

E pode estar também nas publicações relacionadas ao espiritismo, que no ano passado tiveram novas tiragens, turbinadas pelo centenário do médium Chico Xavier e os filmes e programas de televisão sobre ele.

"Livros como o do padre Marcelo fazem diferença nas estatísticas, mas isso não significa que o subsetor vá necessariamente se manter assim", diz Sônia Jardim, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, que comentou, ao lado da presidente da

Câmara Brasileira do Livro, Karina Pansa, os dados apresentados pela pesquisadora da Fipe Leda Paulani. As duas entidades encomendaram a pesquisa.

Embora se sobressaiam por terem apresentado o maior crescimento de 2009 para 2010, os livros religiosos, em termos absolutos, ficam em terceiro lugar na lista de exemplares vendidos, atrás dos didáticos (202,6 milhões) e das chamadas obras gerais (135,2 milhões): foram 74 milhões de unidades.

O universo pesquisado foi de 141 editoras, das 498 ativas, que publicam ao menos cinco títulos anuais e produzem 5 mil exemplares. Dessas, 231 são pequenas, com faturamento de até R\$ 1 milhão por ano.

O desempenho das livrarias não foi avaliado, só o das editoras – o levantamento não analisa o comportamento da comercialização pela internet, por exemplo. O setor enxerga os resultados com alguma satisfação, mas sem muito entusiasmo. O faturamento, de R\$ 4,5 bilhões, significa crescimento real de apenas 2,6%. A redução do preço do livro – antigo pleito do governo federal para a democratização da leitura – vem desde 2004 e já acumula 34%.

"É gratificante observar que há mais leitores, assim como mais livrarias, o que contribui para a educação, a cultura e o desenvolvimento", observou Karina,

ressalvando que o impacto disso no faturamento só será possível de se observar no longo prazo. "A margem das editoras vem sendo comprimida", lamentou Sônia.

Modelo de vendas mudou

Um ponto interessante é o aumento, pelo quarto ano seguido, das vendas no estilo "porta a porta". Essa modalidade, a que mais cresceu em 2010, inclui os catálogos de empresas como a Avon, que mistura títulos best-sellers a seus produtos de perfumaria e se vale da alta capilaridade da sua rede de revendedoras (está em mais de 1.500 municípios, mais ou menos o mesmo número de cidades brasileiras que possuem livrarias).

São edições compradas em grande quantidade pela empresa, e diferentes das encontradas nas livrarias: de bolso, mais simples e magras; por isso, mais baratas – algumas saem pela metade do preço. O fortalecimento da classe C entra nessa conta. "São pessoas que agora se permitem a compra de um livro", explica a pesquisadora. "A classe C ainda não tem o hábito de ir a livrarias e demanda livros mais baratos. No caso da Avon, a consultora orienta a compra do livro como faz com o batom, ou seja, tem uma relação mais pessoal", avalia Sônia.

Clipping

CNTE

Metade dos alunos do 3º ano não sabe qual carreira seguir

> Data: 22/08/2011
> Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
> Editoria: VIDA
> Assunto principal: ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR

Tamanho da fonte A- A+

Pesquisa feita com adolescentes reflete a indecisão dos vestibulandos na hora de escolher um curso e a pouca ajuda oferecida pelas escolas

Ocimara Balmant - O Estado de S.Paulo

ESPECIAL PARA O ESTADO

O que Engenharia Mecatrônica pode ter a ver com Veterinária? Ou Medicina com Relações Públicas? Na teoria, nada. Mas, para muitos vestibulandos, apesar de tão distintas, escolher entre uma ou outra dessas profissões é um enigma bastante complexo e com pouco tempo para ser desvendado.

No início da fase de inscrições para os principais vestibulares do País, 54% dos estudantes do 3º ano do ensino médio ainda não decidiram qual carreira querem seguir. O índice é resultado de uma pesquisa realizada pelo Portal Educacional com 2 mil adolescentes.

Pedro Laganaro, de 17 anos, aluno do Colégio Pentágono, faz parte desse contingente de indecisos. "Não tenho a mínima ideia do que vou fazer. Com certeza, exatas eu não faço, porque gosto de humanas e biológicas. Mas só isso que sei", diz o aluno do 3º ano.

Pedro acredita que metade de sua turma também não se decidiu sobre a carreira. "Muita gente está entre uma e outra carreira e há os que têm dúvidas sobre, por exemplo, qual das Engenharias vai fazer. Decididos, mesmo, são bem poucos".

Para Selena Garcia Greca, a psicóloga que coordenou a pesquisa, a indecisão reflete o quanto esse momento de decisão ainda é subestimado. "Apesar de estudarem tanto para o vestibular, eles não encaram a escolha do curso como parte do processo. Ele é muito novo, tem 16, 17 anos, e, como não há na escola uma matéria que o prepare, adquire uma postura passiva", diz.

Os números da pesquisa mostram essa omissão da escola: em apenas 10% delas existe um trabalho específico de orientação vocacional. O mais comum é os colégios oferecerem ações consideradas pouco efetivas pelos especialistas. As escolas ainda recomendam participação em feiras, palestras com profissionais às vésperas do momento da inscrição e realização de testes vocacionais, inclusive aqueles que sugerem o futuro do adolescente depois que ele responde a uma bateria de questões de múltipla escolha.

"A missão da escola é trabalhar com o desenvolvimento integral do seu educando e isso é pensar também na saída dele e em sua vocação profissional. Quando não faz isso, ela falha em um dos seus objetivos", diz Silvio Boch, vice-presidente da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP).

Erros. Sem orientação adequada, a decisão acaba levando em conta critérios objetivos, mas discutíveis - como os salários pagos na área pretendida e a perspectiva de crescimento do mercado (opção indicada por 18% dos entrevistados como uma boa forma de eleger a profissão). Há também argumentos bem mais frágeis, como a ideia de que o curso de Engenharia Naval é indicado para quem gosta de velejar ou que os amantes de videogames terão êxito caso escolham Ciência da Computação.

São as escolhas equivocadas as principais responsáveis pelos percentuais de evasão universitária, um índice que chega a 40% do total de matriculados.

Vitor Aquino, de 26 anos, faz parte dessa estatística: desistiu duas vezes. A primeira foi logo que terminou o ensino médio. Atraído pelo salário, matriculou-se no curso de Engenharia de Produção, mas abandonou após um semestre. "Experimentei, não gostei, resolvi parar". Sua segunda tentativa também foi na área de exatas: Mecatrônica. Parou um ano antes de pegar o diploma ao perceber que o campo de atuação seria a indústria.

Sem saber o que fazer, Vitor decidiu seguir o conselho da mãe e buscar orientação profissional. O processo envolveu conversas, produção de texto e a participação da família, convidada a ajudar na decisão. Hoje está no quarto semestre de Medicina Veterinária. "Sempre gostei de bicho, mas nunca imaginei que iria trabalhar com isso profissionalmente", diz ele. Quando se formar, aos 26 anos, pretende trabalhar com melhoramento genético de animais de grande porte.

Públicas. Para prevenir que situações como essa aconteçam aos alunos oriundos de escolas públicas e que muitas vezes não têm condições financeiras de arcar com uma escolha errada, é preciso investir em processos de orientação profissional, diz Bloch.

"Antes, esse aluno nem chegava à universidade. Agora, com as políticas de inclusão como o ProUni, o jovem escolhe em função do número de pontos feitos no Enem. Se consegue pontos pra fazer licenciatura, faz sem saber que isso significa formação de professores."

Mas, apesar de todo o ônus, reconhecer o erro da escolha e fazer uma nova tentativa é melhor do que persistir na carreira equivocada, dizem os especialistas. Serão apenas alguns anos de atraso no início de uma atuação que vai durar décadas.

Clipping

CNTE

21/08/2011 - FNDE adquire mais de 70 milhões de livros para escolas públicas nos ensinos médio e fundamental

› Data: 21/08/2011
› Veículo: CLICABRASÍLIA
› Editoria:
› Assunto principal: FNDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Compartilhar:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) encerrou a negociação da compra de 162,4 milhões de livros que serão distribuídas às escolas da rede pública no ano que vem. O custo total da aquisição foi R\$ 1,1 bilhão - a maior compra de livros já feita pelo órgão, que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC). As redes de ensino começam a receber as obras em outubro. A entrega vai até fevereiro de 2012.

Para o próximo ano, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) adquiriu livros para todas as disciplinas do ensino médio, além de 70 milhões de exemplares de reposição para o ensino fundamental. É o primeiro ano em que os alunos do ensino médio vão receber livros de espanhol, inglês, filosofia e sociologia. Cada obra deve ser usada durante três anos consecutivos. Ao todo, foram adquiridos 2.108 títulos diferentes.

Vinte e quatro editoras tiveram obras selecionadas. O material é apresentado a comissões de especialistas das universidades federais que selecionam as obras a partir de critérios estabelecidos pelo programa, como, por exemplo, a coerência com o currículo escolar. Em seguida, as escolas recebem um guia do livro didático com os títulos disponíveis e escolhem as obras que querem receber. A partir desse levantamento é que os títulos são adquiridos.

O valor de cada exemplar adquirido para 2012 variou entre R\$ 5,45 e R\$ 28,94. O preço varia de acordo com o número de páginas da obra e a quantidade de exemplares encomendados. A Editora Ática será a maior fornecedora do PNLD 2012, com 33 mil exemplares, ao custo de R\$ 194 milhões. Em seguida, aparecem as editoras Saraiva, que receberá R\$ 205 milhões por 30,8 mil exemplares, e Moderna, com 30,6 mil publicações ao custo de R\$ 220 milhões. As menores fornecedoras são as editoras Fapi e Aymar, com 5 mil e 1,4 mil exemplares, respectivamente.

"Mesmo no caso do livro com preço mais alto, ainda é menor do que aquele que o consumidor compra na livraria. É o ganho de escala que o FNDE tem. Além de ser uma compra direta com a logística otimizada, o livro chega à escola sem nenhum intermediário. Não há custo com vendedor ou outros custos que estão envolvidos no mercado livreiro quando a obra vai para o consumidor comum", diz Rafael Torino, diretor de Ações Educacionais do FNDE.

Para receber as obras, é necessária a adesão das escolas ao Programa Nacional do Livro Didático - até 2009, a entrega dos livros era feita a todas as redes de ensino, ainda que não houvesse solicitação formal. Atualmente, todos os estados e 97% dos municípios estão inscritos no programa.

Clipping

CNTE

Por que o Brasil não consegue alfabetizá-la?

› Data: 20/08/2011
› Veículo: ÉPOCA
› Editoria: BRASIL
› Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Jaci Maria dos Santos tem 63 anos, mas a primeira vez em que pisou em uma sala de aula foi no ano passado. Baiana de Vitória da Conquista, começou a ajudar a família na roça aos 5 anos. Seu pai não a deixava estudar. Rasgava os cadernos e quebrava os lápis que a mãe comprava. "Ele dizia que a gente tinha era que trabalhar, não ficar mandando carta para namorado", afirma. Já adulta, Jaci foi morar em São Paulo e começou a trabalhar como empregada doméstica. Fazia trajetos longos a pé porque não conseguia decifrar o letreiro dos ônibus e tinha vergonha de pedir ajuda. No ano passado, tomou coragem e se matriculou em uma turma de alfabetização em Embu, na região metropolitana de São Paulo. Ela fez o curso até o fim, mas não se sentiu satisfeita com o aprendizado. Continuava com dificuldades para ler e escrever. Em março, resolveu reiniciar o mesmo curso.

Jaci é uma entre 14 milhões de pessoas que declararam não saber ler nem escrever ao Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Na contramão da melhoria recente de diversos indicadores sociais, o número ilustra um dos maiores fracassos da política educacional do país. Na última década, o Brasil obteve diversos avanços na educação. Conseguiu praticamente universalizar as matrículas entre as crianças e, ainda que devagar, começou a melhorar a qualidade do ensino. O índice de alfabetização na faixa da população com 15 anos ou mais, porém, pouco avançou desde 2003, quando o governo lançou o programa Brasil Alfabetizado, que prometia erradicar o analfabetismo em quatro anos.

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 11,6%. Em 2010, ainda era de 9,6%, como revelou o Censo recém-divulgado. Desde o lançamento do Brasil Alfabetizado, 10 milhões de alunos foram matriculados em cursos de alfabetização, segundo o governo. Boa parte, porém, continua analfabeta. Hoje, o país só tem 2 milhões de analfabetos a menos que em 2003. Em quatro Estados (Alagoas, Piauí, Paraíba e Maranhão), mais de um quinto da população é analfabeta. A explicação para esses números aparentemente tão contraditórios é desoladora: os programas oficiais de alfabetização de adultos são simplesmente incapazes de alfabetizar a boa parte dos matriculados.

Dez milhões de alunos se matricularam nos cursos do governo, mas a taxa de alfabetização é baixa

Em 2008, o governo passou a exigir de Estados e municípios o preenchimento de um relatório com a informação de quantos alunos efetivamente concluem os cursos e aprendem a ler e escrever, mas esses dados nunca foram divulgados. Isso porque, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o processamento dos resultados, que permitiria um retrato nacional, só deverá ser concluído em

setembro. Informações consolidadas por uma amostra de cidades, no entanto, já servem para apontar o fracasso dos programas de alfabetização. Em Natal, Rio Grande do Norte, só 951 alunos dos 2.500 matriculados no último ciclo, de 2009, terminaram o curso alfabetizados. Equivale a 38%. Em Palmas, Tocantins, o índice de eficiência ficou em 29%. Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 15%. São três capitais que, em tese, têm uma estrutura melhor de gestão que municípios pobres do interior e onde seria razoável esperar um desempenho comparativamente melhor.

Entre as justificativas das secretarias municipais de Educação para os baixos índices de sucesso estão a alta taxa de abandono dos cursos pelos alunos, dificuldades para acompanhar as aulas e problemas de visão. Não se pode, porém, responsabilizar apenas os alunos. Em 2007, uma auditoria do próprio ministério mostrou a existência de turmas fantasmas, o que resultou em um redesenho do Brasil Alfabetizado. O MEC passou a fazer convênios só com prefeituras e governos estaduais, não mais com ONGs. Além disso, especialistas em educação também apontam problemas estruturais no programa. Um deles é a formação dos alfabetizadores. Segundo o MEC, cerca de 40% dos professores são desempregados ou trabalhadores rurais, provavelmente atraídos pela bolsa mensal de R\$ 250 a R\$ 500 paga pelo governo, cujo valor é fixado conforme o número de turmas.

Embora muitas vezes tenham boas intenções, esses professores não têm nenhuma experiência de ensino. "Alfabetizar é uma tarefa extremamente complexa. Não basta força de vontade. Mas a tendência tem sido improvisar", diz Timothy Ireland, especialista em educação da Unesco (braço da ONU para a educação e cultura) e diretor de Educação de Jovens e Adultos do MEC entre 2004 e 2007.

A continuidade dos estudos é fundamental, mas o número de adultos na escola está diminuindo

Outra crítica ao Brasil Alfabetizado se refere à duração do curso, que varia de seis a oito meses. Segundo David Archer, diretor de educação da ActionAid, organização que promove cursos de alfabetização em diversos países, um programa do gênero deve durar pelo menos dois anos. "A evidência global é muito eloquente no sentido de que cursos que duram de seis a nove meses são insuficientes", diz.

Além disso, é necessário que o aluno continue a estudar depois de aprender a ler e escrever, única forma de não esquecer o que aprendeu. O IBGE só considera plenamente alfabetizado o adulto com pelo menos quatro anos de escola concluídos. Quem não atinge esse nível de escolaridade é considerado um analfabeto funcional - condição de cerca de um em cada cinco brasileiros adultos. O número de jovens e adultos que fazem cursos supletivos para completar os primeiros anos do ensino fundamental, no entanto, está caindo. Segundo o Censo da Educação, caiu de 1,2 milhão, em 2007, para 923 mil, em 2010. Até agora ninguém sabe explicar ao certo por que isso está ocorrendo.

Para contornar o problema, o MEC estuda dar algum tipo de incentivo

financeiro para as prefeituras matriculem mais adultos em suas escolas. O ministério reconhece como "insuficiente" o avanço no combate ao analfabetismo. A nova meta para erradicar o analfabetismo no Brasil ficou para 2020, segundo o Plano Nacional de Educação que o governo mandou para o Congresso. Outros países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai, têm taxas de analfabetismo bem melhores. Nos três, o índice nacional está abaixo de 3%.

Clipping

CNTE

21/08/2011 - Conselho quer criar diretrizes curriculares para o ensino religioso

- ✧ Data: 21/08/2011
- ✧ Veículo: COMUNIDADE EXKOLA
- ✧ Editoria:
- ✧ Jornalista(s): Autor Não Divulgado.
- ✧ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Tamanho da fonte

Tweet Tweet Ao contrário de outras disciplinas, não há diretrizes nacionais ou parâmetros curriculares que definam o conteúdo a ser abordado nas aulas de ensino religioso das escolas públicas do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, definiu que cada estado deve criar normas para a oferta disciplina, o que abriu espaço para uma variedade de modelos adotados em cada rede de ensino. Para educadores e especialistas que estudam o tema, esse vácuo normativo impede a garantia de espaço igualitário para todos os credos. O problema começou a ser discutido este mês pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que espera definir algumas orientações mínimas para o ensino de religião. "Nós temos detectado no conselho a necessidade de alguma orientação sobre a questão. Essa é uma preocupação nossa", destaca o conselheiro César Callegari. O CNE elaborou um documento que servirá de base para as discussões. O texto aponta "uma clara e profunda anomia (ausência de regras) jurídica nessa matéria (a oferta do ensino religioso). Como se não bastasse, prevalece, também, uma anomia pedagógica, em parte resultante daquela". Há previsão de que o colegiado promova audiências públicas para ouvir os atores envolvidos no problema - representantes das religiões, secretários de Educação, pesquisadores e professores. Segundo Callegari, não está descartada a possibilidade de o conselho definir também diretrizes curriculares. Entretanto, o próprio colegiado tem dúvidas de quais são seus limites de atuação diante do que está previsto na legislação brasileira sobre o tema. Pela LDB, os estados são os responsáveis por organizar e normatizar a oferta - diferentemente do que ocorre com as outras disciplinas do currículo. De acordo com ele, a LDB tem uma diretriz clara sobre os limites do ensino religioso. "Não pode servir a qualquer forma de proselitismo, desta ou daquela tendência, deste ou daquele credo religioso. Mas, infelizmente, isso não é sempre observado", aponta Callegari. Para o conselheiro, os parâmetros ficaram ainda mais confusos depois do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Vaticano, em 2009. O Artigo 11 desse documento determina que "o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental". "Ele (acordo) estabeleceu um dispositivo que contraria a LDB e a própria Constituição brasileira, que veda qualquer forma de proselitismo, ao afirmar que se trata de ensino religioso que valorize a religião católica e outras religiões", indica. Estudo da Universidade de Brasília (UNB) identificou que no Rio de Janeiro, na Bahia, no Acre e no Ceará o ensino religioso é do tipo confessional - cujo objetivo é a promoção de uma religião, a depender da formação do professor, que precisa ser ligado a uma comunidade religiosa. Esse tipo de ensino tem caráter doutrinário. A antropóloga Debora Diniz, que coordenou a pesquisa, aponta que a falta de normas permite que se privilegie determinadas crenças, contrariando a legislação. Ela lembra que todos os livros didáticos distribuídos às escolas públicas

pelo Ministério da Educação (MEC) passam por avaliações. Mas, no caso do ensino religioso, como as publicações não são distribuídas pelo governo, não há o crivo de especialistas sobre a adequação desse material. "O Estado diz que criacionismo não é ciência, então se um livro de biologia contiver essa ideia, ele não vai para a escola. Mas nós não conseguimos fazer o mesmo no ensino religioso porque há a presunção de que o Estado não pode dizer o que é certo e errado", aponta. Segundo a coordenadora de Ensino Religioso da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Maria Beatriz Leal, a orientação é que os professores abordem de maneira equilibrada todas as crenças. "A lei determina que o ensino seja separado por religião, de forma confessional, mas não temos professores suficientes para isso. Então, orientamos os profissionais para que abordem de maneira equilibrada todas as religiões e que não privilegiem nenhuma. Quando sabemos que isso ocorreu, chamamos o professor para conversar e reforçamos essa determinação." Procurado pela Agência Brasil, o MEC respondeu que defende o ensino religioso sob a ótica da filosofia e da sociologia e com distância do proselitismo. Para o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper), o país carece de regras mais claras sobre o que deve ser discutido em sala de aula. A entidade acredita que é possível haver uma oferta plural e que respeite as diferentes manifestações religiosas presentes na cultura brasileira. "Temos estados que conseguiram implantar muito bem, na legislação e na prática, a questão do respeito às diferenças, sem proselitismo. E há estados, como o Rio de Janeiro, que normatizaram o ensino confessional (cujo objetivo é a promoção de uma religião, com caráter doutrinário), contrariando a LDB", diz o coordenador do Fonaper, Elcio Cecchetti. "Nós defendemos que o ensino religioso é viável nas escolas e contribui para a formação do cidadão já que a questão religiosa não está à margem das questões sociais, tudo está interligado. Só não se pode trabalhar de uma maneira contraditória e confessional. Essa posição do CNE, de expedir diretrizes, vem em boa hora", avalia. O fórum já elaborou, por conta própria, diretrizes curriculares para orientar os professores nesse trabalho. O CNE, no entanto, não reconhece a validade do material por considerar que o documento "tira proveito da ausência e da contradição de normas para difundir pelo país sua pretensão regulatória". Fonte: Agência Brasil / Folha Gospel <http://www.overbo.com.br/conselho-quer-criar-diretrizes-curriculares-para-o-ensino-religioso/> Fonte: O Verbo Autor: Redação